



Agenda Legislativa

2023-26

**Compromisso com o
desenvolvimento econômico,
social e sustentável do país**

SUMÁRIO



04 Mensagem
da liderança

06 Contexto

09 Agenda
2023-2026

29 Impacto
fiscal/econômico
da agenda

31 Agradecimentos



MENSAGEM DA LIDERANÇA



Se 2020 foi um ano de aprendizado diante de uma pandemia que abalou o mundo, 2021 foi ano de consolidação de práticas que deram certo no momento de contingência e de avanços na nossa agenda legislativa. Agora, em 2022, daremos mais um passo enquanto uma organização que deseja criar impacto e ao mesmo tempo ser referência em advocacy. Nosso trabalho mostrou que é possível garantir eficiência à administração pública por meio de dados e evidências, bem como ferramentas que facilitam o processo decisório do servidor e um olhar estratégico para a agenda legislativa em nível federal.

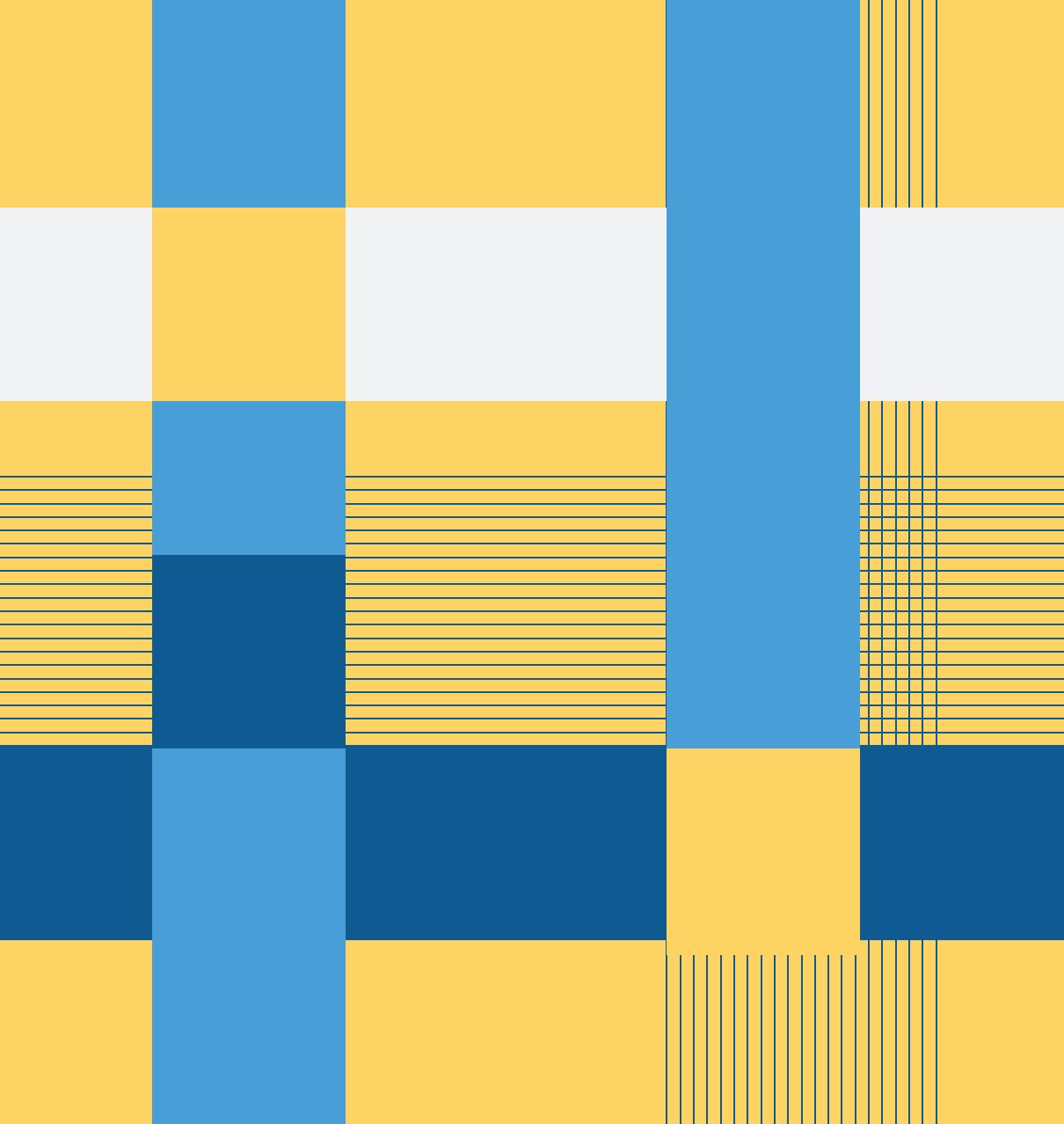
Em 2019, com a aprovação da reforma da Previdência, o CLP se descobre enquanto um ator influenciável na organização da sociedade civil em prol de uma agenda legislativa positiva em nível nacional. Com espírito de startup, nos reinventamos, reforçamos nossa estratégia e comemoramos dez vitórias legislativas nos últimos dois anos, incluindo o novo Marco do Saneamento Básico, a autonomia do Banco Central e a nova Lei do Gás.

Nossa atuação em advocacy não só está sendo intensificada em 2022 como passará a integrar um guarda-chuva ainda maior, que é a nova estratégia de sustentabilidade, a partir de projetos específicos que serão incorporados à nossa agenda 2023-2026. O Congresso Nacional é dinâmico e precisamos estar em constante transformação para não apenas acompanhar, mas antecipar os movimentos. Só assim podemos assegurar o protagonismo nos mercados que representamos.

Temos grandes expectativas para a aprovação desta nova agenda para os próximos cinco anos. Sabemos que haverá desafios, mas continuaremos investindo em dados e evidências para produzir estudos técnicos, engajar a sociedade e pressionar os parlamentares pelo avanço social, econômico e sustentável do Brasil. Afinal, o nosso propósito de construir um país mais justo, democrático e igualitário exige que trabalhemos para sermos relevantes e criar impacto.

Nossos resultados são fruto de muita articulação e colaboração, sem as quais não teriam sido possíveis. Aos nossos apoiadores e parceiros, meu agradecimento especial por estarmos lado a lado na construção desta nova agenda. Aos gestores públicos e à sociedade civil, continuaremos juntos e investindo na construção de um Brasil mais justo e avançado para todas e todos.

**Tadeu Barros, diretor-presidente do CLP
e porta-voz do Unidos Pelo Brasil**



CONTEXTO

O desenvolvimento econômico e social do Brasil foi intensamente impactado pela crise sanitária e pelo cenário atípico da pandemia da Covid-19, iniciada no país em março de 2020. Nunca foi tão importante manter a serenidade e o equilíbrio para que possamos superar e sair fortalecidos dos desafios que se apresentam.

As grandes mudanças do país ocorrem quando somos capazes de mobilizar os cidadãos e os líderes públicos em torno dos grandes desafios do Brasil. Foi com este objetivo que o Centro de Liderança Pública (CLP) criou em 2020, o Unidos Pelo Brasil, um movimento que trabalha diariamente por um país mais justo, democrático e igualitário.

Por meio da mobilização da sociedade civil, do Executivo e do Congresso Nacional, contribuímos para aprovar projetos fundamentais para o futuro do país, como a reforma da Previdência, a autonomia do Banco Central, a PEC Emergencial, a Improbidade Administrativa e os novos marcos setoriais.

Com muito trabalho, também contribuímos com o avanço de diversos outros projetos nas casas legislativas. Foram mais de 50 estudos técnicos entregues pelo nosso time de inteligência, 81 organizações mobilizadas e a realização de diversos encontros presenciais, online e lives com parlamentares e organizações da sociedade civil.

Essas vitórias só foram conquistadas porque trabalhamos para engajar a sociedade civil, promover mudanças transformadoras e melhorar a gestão pública no Brasil. Mas podemos fazer mais! Nossa obrigação consiste em continuar pressionando o Congresso Nacional para aprovar os projetos que retomem o crescimento sustentável e econômico, o emprego, o investimento privado e combatam a desigualdade social.

Ao mesmo tempo, em nenhum momento dependemos tanto da nossa capacidade de entendimento de que vivemos em um único planeta e de que a nossa sobrevivência está diretamente ligada à preservação e valorização dos seus recursos naturais. Cientes disso, o Unidos Pelo Brasil, com a ajuda de organizações parceiras e especialistas, vem por meio deste documento reafirmar seu compromisso público com a agenda de desenvolvimento econômico, social e sustentável do país.

Neste contexto, o Unidos Pelo Brasil lança sua nova agenda legislativa 2023-2026, um documento construído em conjunto com nossos parceiros a fim de influenciar e sensibilizar os candidatos ao Congresso, bem como mobilizar os políticos eleitos em prol destes projetos. Nossa nova agenda foi remodelada a partir de três pilares específicos: **Modernização do Setor Público, Sustentabilidade Ambiental e Crescimento Econômico e Justiça Social.**

Trabalharemos pela aprovação desses projetos com o objetivo de destravar a economia, simplificar processos e restaurar a segurança jurídica do país. Neste sentido, nossa agenda é composta por propostas a fim de tornar a administração pública mais sustentável, uma vez que a inserção das organizações públicas nessa temática se torna cada dia mais necessária e urgente, especialmente no que diz respeito à captação de recursos e materialização de novos investimentos. Ademais, sabemos que a lógica de demandas de políticas públicas é dinâmica, portanto, passível de inclusões de outros projetos legislativos neste documento ao longo dos próximos anos.

Unidos, podemos construir um Estado mais justo, democrático, eficiente e capaz de entregar melhores serviços públicos para a população. Conheça a nova agenda do Unidos Pelo Brasil!





AGENDA 2023-2026

Pilar

Sustentabilidade Ambiental



Cenário Atual

No eixo Sustentabilidade Ambiental, o Unidos Pelo Brasil defende um conjunto de medidas as quais têm como objetivo combater o desmatamento, incentivar a descarbonização de nossa economia e destravar as concessões florestais, além de estabelecer uma regulação mais apropriada e moderna para o licenciamento ambiental.

Na temática do desmatamento, vale ressaltar a importância que o tema ganhou em termos globais. Os esforços dos demais países e acordos internacionais têm permitido que a relação do PIB com as emissões se reduzisse para países mais desenvolvidos ao longo das duas últimas décadas.

O Brasil se insere nesse cenário, principalmente, na questão do combate ao desmatamento da Amazônia. De acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em abril de 2021, o desmatamento na Amazônia Legal atingiu 778 quilômetros quadrados, o maior valor da série histórica para o mês dos últimos 10 anos. Entre os principais motivos citados por especialistas para o desmatamento está a ocupação ilegal de terras públicas por meio da grilagem.

Desse modo, o Unidos Pelo Brasil defende um esforço conjunto entre os níveis e poderes do setor público para o fim do desmatamento ilegal. Além de metas, é preciso a adoção de medidas efetivas contra a grilagem, além de monitoramento anti-queimadas.

Outro tema com relevância crescente no cenário internacional é a precificação de carbono. Atualmente, existem 61 iniciativas de precificação de carbono ou programadas para implementação, cobrindo cerca de 22% das emissões globais de GEE(Gases de Efeito Estufa). Em 2019, 20% das emissões globais de GEE foram cobertas por iniciativas de precificação de carbono implementadas ou programadas para implementação.

Nota-se ainda que União Européia, Reino Unido, Japão e República da Coréia, além de outros 110 países, comprometeram-se a alcançar a neutralidade das emissões de carbono até 2050. Já Brasil e China têm como compromisso alcançar essa meta antes de 2060.

Outra questão relevante dentro da temática ambiental é a utilização do instrumento das concessões florestais. Infelizmente, tal instrumento, dados os termos e as condições estabelecidas na legislação atual, não foi efetivo para estimular o aproveitamento sustentável das florestas nativas e para promoção de mudança no padrão de uso de nossos recursos florestais.

Assim, segundo o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), de 2021, são passíveis de concessão algo na faixa de 20 milhões de hectares de florestas públicas. No entanto, passados mais de 15 anos da aprovação da LGFP (Lei de Gestão de Florestas Públicas), foram objeto de contratos de concessão florestal apenas 1.050 milhão de hectares, com somente 18 contratos em andamento.

Por fim, também é importante destacar os gargalos existentes em nosso sistema de licenciamento ambiental. Temos um dos mais complexos sistemas de licenciamento ambiental do mundo, com grande multiplicidade normativa sobre o assunto - segundo levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) são mais de 27 mil normas que regem o tema.

Nesse cenário, o sistema atual gera atrasos desnecessários que desequilibram contratos de construção e concessão de infraestrutura pública gerando necessidade de aditivos e reequilíbrios contratuais. Atualmente, há cerca de 50 hidrelétricas paradas em decorrência de problemas no licenciamento, com outras 10 hidrelétricas tendo sido abandonadas em razão dos custos impostos pelo licenciamento.

Buscando equacionar todos os desafios abordados acima, **o Unidos Pelo Brasil trabalha com um conjunto de legislações, destacando-se:**

- 1 Desmatamento Ilegal Zero (PL 10457/18)**
- 2 Mercados de Carbono (PL 2148/15)**
- 3 Concessões Florestais (PL 5518/20)**
- 4 Licenciamento Ambiental (PL 2159/21)**

Combate ao desmatamento (PL 10457/18)

Razão

Consequências do aumento do desmatamento afetam negativamente a imagem do país no exterior; Brasil, em 2019, era o 27º país mais vulnerável às mudanças climáticas.

Posicionamento

Manutenção da meta atual de desmatamento zero até 2028; plano de ações integrando o conjunto de PLs; fortalecimento das instituições de controle ambiental; metas e o conjunto de ações estabelecidos em plano plurianual, com responsabilidades compartilhadas entre atores políticos, do Executivo e Legislativo, nos três níveis de poder.

Impacto esperado

Acesso ao Fundo Amazônia, que recebia investimentos internacionais para serem investidos na conservação da floresta e no combate ao desmatamento, **com mais de R\$ 2,9 bilhões de recursos;** além de evitar novos aumentos do número de secas que têm ocorrido nas demais regiões do país



Precificação de carbono (PL 2148/15)

Razão

Mercados de carbono exercem papel fundamental na redução das emissões de gases de efeito estufa, podendo oferecer benefícios significativos.

Posicionamento

Fortalecimento do mercado voluntário via estabelecimento de um registro nacional único de Carbono; Estabelecimento de um mercado regulado de carbono, englobando, a partir de uma transição gradual e segura, de acordo com a capacidade de cada ator, o maior número de atividades econômicas.

Impacto esperado

Redução de 3% das emissões, podendo crescer para entre 10% e 25% até 2029

a depender dos setores incluídos, especialmente indústria, combustíveis e agropecuária.



Concessões Florestais (PL 5518/20)

Razão

A concessão de florestas públicas pode funcionar como um instrumento para permitir o desenvolvimento de atividades econômicas lastreadas na manutenção da floresta em pé, combatendo o desmatamento, valorizando a floresta e gerando riqueza.

Posicionamento

Revisão da legislação que estabelece marco legal para a exploração econômica das florestas públicas, adotando medidas de desburocratização tornando o processo licitatório mais célere e atrativo; aumento da segurança jurídica no setor; maior rapidez para o início das atividades de manejo; maior flexibilidade dos contratos; ampliação da atratividade econômica das concessões; garantia de manutenção do manejo florestal mesmo com extinção do contrato de concessão.

Impacto esperado

A depender do cenário de preço do crédito de carbono e dos milhões de hectares concessionados,
as receitas geradas podem variar entre R\$ 120 milhões e R\$ 1,4 bilhões por ano.

Licenciamento Ambiental (PL 2159/21)

Razão

Desde 1981, o Brasil segue objeto do licenciamento ambiental, com a Lei 6938/81. Regulamentações posteriores fizeram com que o número de procedimentos e requerimentos inerentes ao procedimento ganhasse musculatura ao longo dos anos, mas instituições operadoras da regulação não receberam o suporte necessário para a aplicação célere desta, sendo observado progressivo engessamento de muitas ações estratégicas dentro do país.

Posicionamento

Regulamentação da LC 140/2011, que prevê o compartilhamento entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, da competência da proteção do Meio Ambiente, inclusive no licenciamento; unificação de fases, com a instituição de um processo bifásico ou único, a partir dos critérios de localização, natureza, porte e potencial poluidor da atividade; simplificação e aumento da segurança jurídica dos licenciamentos ambientais, sem pacote de enfraquecimento destas.

Impacto esperado

Destravamento de investimentos no montante de

R\$ 1,7 bilhão por ano, gerando PIB 0,13% maior em 5 anos e 0,41% em 10 anos.

Organizações que apoiam este pilar

Pilar Sustentabilidade Ambiental

Desmatamento Ilegal Zero (PL 10457/18) Mercados de Carbono (PL 2148/15) Concessões Florestais (PL 5518/20) Licenciamento Ambiental (PL 2159/21)



Pilar

Modernização do Setor Público



Cenário Atual

No eixo Modernização do Setor Público, o Unidos Pelo Brasil defende medidas que objetivem modernizar o funcionamento da máquina pública, trazendo maior eficiência, estabelecendo uma cultura de avaliação de desempenho e mensuração de resultados, criando uma estrutura de incentivos mais adequada, combatendo privilégios de segmentos do funcionalismo além de promover responsabilidade fiscal e regulatória.

Como é de amplo conhecimento, os serviços públicos no Brasil são bastante precários. Mesmo com alta tributação e gasto público elevado, o setor público não é capaz de atender a população de maneira qualificada. Além disso, a despesa pública é mal focalizada, tendo baixa penetração nos segmentos efetivamente mais pobres da população.

É importante ressaltar também o elevado gasto com funcionalismo no país. Uma das possíveis explicações para o elevado gasto com pessoal do setor público brasileiro consiste nos elevados “prêmios salariais” usufruídos por parte do funcionalismo público. O prêmio salarial considera trabalhadores do setor público e setor privado com mesma escolaridade, gênero, cor de pele, idade e setor de atividade econômica. Mesmo levando em conta todas essas variáveis, o funcionário público federal, por exemplo, tem uma remuneração, em média, 67% maior que suas contrapartes no setor privado; nos estados esse número é, em média, de 31%. Nesse sentido, identificar em quais segmentos da máquina pública existe essa vantagem salarial buscando, assim, diminuí-la é um passo importante a ser dado, o qual gerará impactos fiscais positivos.

No âmbito estadual, a situação também é complexa. Dado o elevado gasto com pessoal verificado, sobram poucos recursos para fazer o serviço da dívida, cumprir com os duodécimos constitucionais, custear a máquina e promover investimentos. Assim, como os salários não podem ser reduzidos nem adiados, os gastos com investimentos e custeio são comprimidos, resultando em deterioração dos serviços públicos e das condições de trabalho dos servidores.

Outro ponto importante diz respeito ao necessário combate aos privilégios existentes na máquina pública. A sociedade não mais tolera os supersalários usufruídos por segmentos minoritários do funcionalismo. Segundo a PNAD Contínua, cerca de 0,23% dos servidores estatutários do Brasil têm rendimentos efetivos superiores ao teto do funcionalismo público (R\$ 39.293 mensais), com um adicional médio de rendimento mensal de cerca de R\$ 8.500. Considerando os cerca de 11 milhões de servidores (a PNADC subestima o número total), isso equivale, portanto, a aproximadamente 25 mil servidores com proventos acima do teto (0,23% x 11 milhões de servidores).

Desse modo, a massa de rendimentos acima do teto federal custa aos cofres públicos R\$ 2,6 bilhões por ano (25 mil servidores x 12 meses x R\$ 8.500). A regulamentação do teto economizaria, portanto, esse volume de recursos.

Buscando equacionar todos os desafios abordados acima, **o Unidos Pelo Brasil trabalha com um conjunto de quatro legislações, destacando-se:**

- 1** Reforma Administrativa (PEC 32/20)
- 2** Regulamentação do teto do servidor (PL 2721/21)
- 3** Lei de Atualização dos Concursos Públicos (PL 252/03)
- 4** Lei de Governança da Ordenação Pública e Econômica (PL 4888/19)

Considerando, no entanto, haver alta complementaridade entre os projetos de lei ou de emenda à Constituição, sendo inclusive encontradas sobreposições dos textos, trataremos das quatro primeiras propostas de legislação em um único tema.

Gestão de pessoas no setor público

Razão

Com um serviço público mais moderno e eficiente, o poder público no Brasil será capaz de formular políticas públicas efetivas, transparentes e inovadoras que melhor atendam à população além de prestar serviços públicos de qualidade.

Posicionamento

Manutenção de vínculo único para os servidores permanentes; vedação de determinados benefícios usufruídos pelos servidores; Melhora do modelo atual de estágio probatório, estabelecendo que o desligamento do servidor possa ocorrer durante o período probatório; regulamentação da contratação por tempo determinado; estabelecimento de critérios e diretrizes gerais para a "pré-seleção" de pessoal para os cargos de comissão; eliminação de dispositivos que reduze a mobilidade de pessoal no setor público além da racionalização do número de carreiras, estabelecendo carreiras mais amplas, generalistas e flexíveis; harmonização, nas carreiras em que é possível, dos salários do setor público com a realidade do setor privado; implementação de mecanismos mais meritocráticos no serviço público, com o servidor que progride na carreira o fazendo com base em avaliações de desempenho bem desenhadas e efetivas; regulamentação do teto constitucional do serviço público; racionalização do planejamento das máquinas públicas anteriormente à autorização da abertura do concurso.

Impacto esperado

Em 2026, com a adoção de tais reformas, o setor público tende a economizar pelo menos

**R\$ 26,5 bilhões
(a preços de 2021)**

mesmo restringido a reforma apenas a novos servidores.

Em 2036, o impacto fiscal acumulado chegaria a mais de R\$ 440 bilhões.



Qualidade da Regulação

Razão

No sentido de continuar tal esforço de simplificação regulatória, e a melhorar a forma de realizar tais reformas, é preciso estabelecer normas gerais de governança para a edição, a revisão e a aplicação das normas específicas de direito econômico, ou legislação correlata, em conformidade com os princípios gerais da atividade econômica, no âmbito de todos entes da Federação. Assim, continuaremos no caminho de promover maior simplificação regulatória.

Posicionamento

O Unidos Pelo Brasil defende a implementação do dever de permanente revisão e avaliação da ordenação para viabilizar a permanente prevenção e eliminação de problemas de eficácia, bem como das ineficiências, desvios e excessos estatais. A revisão permanente do estoque de normas deve ocorrer por parte de cada nível federativo.

Adicionalmente, caberia ao chefe do Executivo estabelecer metas e programas de simplificação regulatória a cada mandato – de modo a incorporar tais mudanças ao debate eleitoral, de forma clara. O foco de tais revisões pode, ainda, variar setorialmente, como construção, meio ambiente, etc.

Por fim, deve-se implementar a integração de estruturas de aprovação legal de iniciativas. Desse modo, se reduziriam os conflitos entre regras por ente federativo. Não se deve negligenciar, nessa reforma, a instituição do dever do Estado de tornar claras exigências legais, tornando tal princípio um direito de cada cidadão.

Impacto esperado

Em uma estimativa da área de Inteligência do Unidos Pelo Brasil, utilizando uma regressão linear simples com cerca de 200 países de 2013 a 2019, é encontrada uma associação negativa e estatisticamente significativa entre o número de procedimentos para registrar uma propriedade e o PIB per Capita, com este último sendo -2,4% menor em média com um procedimento a mais. Tal impacto seria, portanto, significativo para o Brasil, uma vez que este se encontra na última posição desse indicador entre todos os países analisados, cerca de 8% a mais do que o esperado segundo seu nível de renda média.

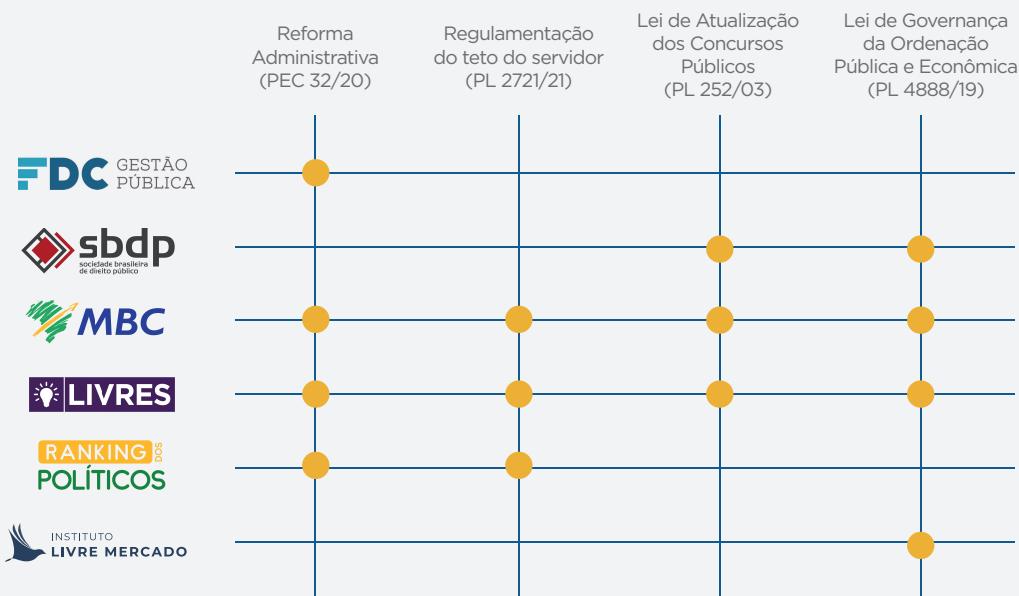
Caso o PL 4888/19 fizesse com que o número de procedimentos para abrir uma propriedade convergisse para o nível dos demais países, o PIB per Capita brasileiro teria, se os resultados da regressão estiverem próximos do efeito causal real (ou seja, quanto a queda do indicador resultaria em uma maior renda média),

um crescimento permanente de quase 20%. Mesmo com uma queda de apenas 2 procedimentos, número plausível para um mandato (4 anos), o PIB per Capita ainda assim acabaria 4,8% maior.



Organizações que apoiam este pilar

Pilar Modernização do Setor Público



Pilar

Crescimento Econômico e Justiça Social



Cenário Atual

No Pilar Crescimento Econômico e Justiça Social, o Unidos Pelo Brasil defende um conjunto de medidas que buscam alavancar o crescimento econômico via promoção e mais investimentos em setores como o elétrico e de óleo e gás (pré-sal), ganhos de produtividade e eficiência através de maior simplificação da tributação indireta, além de redução das desigualdades, adotando-se medidas que tragam maior progressividade e justiça para a tributação direta.

Em relação ao marco legal do pré-sal, consideramos que o atual desenho do regime de partilha, em especial o direito de preferência da Petrobras nas licitações dos contratos de partilha de produção, acaba por distorcer e embarreirar a competição nos leilões no pré-sal, diminuindo o excedente em óleo da União ofertado nos leilões e, como consequência, os recursos direcionados para o Fundo Social e para a educação - dado que as receitas advindas da comercialização do excedente em óleo, feita pela PPSA, são alocadas para o Fundo Social, o qual, por sua vez, aloca metade de seus recursos para a educação pública (em especial a educação básica).

Além disso, outro problema gerado pelo marco legal atual consiste no fato de que os leilões de blocos do pré-sal só podem ser realizados no regime de partilha de produção. Dado que os campos gigantes do pré-sal já foram leiloados ou estão programados para serem ofertados e que muitos blocos remanescentes possuem menor potencial, eles dificilmente atrairão concorrência caso sejam ofertados em leilões no regime de partilha de produção, já que esse modelo possui custos mais elevados no comparativo com o regime padrão de concessão.

No campo da tributação, notamos que a tributação sobre bens e serviços no Brasil é caracterizada pela existência de vários tributos obsoletos com legislações diferentes e complexas, muitos regimes especiais e benefícios tributários, além de uma quantidade numerosa de alíquotas. Outras características negativas que chamam a atenção são a cumulatividade tributária (“tributação em cascata”) e a tributação na origem (local da produção).

O principal tributo sobre bens e serviços, o ICMS, é de responsabilidade dos Estados, enquanto a União arrecada o IPI e os municípios o ISS. Mas o governo federal também é responsável pelo PIS/Cofins, entre vários outros tributos. Nota-se que há um aproveitamento restrito de créditos nos tributos não cumulativos, além da coexistência com tributos e regimes cumulativos, como o ISS e o PIS/Cofins, além de termos um sistema fragmentado em vários tributos com incidência sobre bases comuns.

Nesse sentido, o sistema tributário brasileiro é referido como uma “estrutura desconexa”, com pouca coerência lógica, tornando bastante elevado os custos acessórios para as empresas e afetando, assim, a competitividade da nossa economia e seu grau de formalização.

Um dado demonstra essa questão. Segundo o relatório Doing Business, o número de horas gastas pelas empresas para o pagamento de tributos é de 1.501 horas anuais. Tamanho tempo é quase cinco vezes superior à média da América Latina (317,1 horas/ano) e dez vezes superior à média da OCDE (158,8 horas/ano). A consequência dessa complexidade consiste no fato do contencioso tributário expressar um grau de litigiosidade extremamente elevado no comparativo internacional. Assim, analisando-se o contencioso administrativo federal, o Brasil alcança 16,4% do PIB enquanto a mediana dos países da OCDE está em 0,28% do PIB e da América Latina em 0,19% do PIB.

Em relação à tributação direta, o Unidos Pelo Brasil também considera que existem uma série de distorções, como o fato da renda de pessoas mais ricas e outras fontes de renda não serem totalmente capturadas na base tributária. Assim, dividendos não são tributados, há isenções e deduções que beneficiam os mais ricos (como o plano de saúde) e perde-se receita do imposto sobre propriedade de alto valor, uma vez que muitos municípios deixam de atualizar o valor de mercado ou o subestimam. Dentro desse contexto, o Brasil é um dos países com mais baixo percentual de receita tributária advinda de impostos diretos – seja sobre renda, lucros ou dividendos. Enquanto a média da América Latina é de 27%, no país é de cerca de 22%. Isso faz com que nosso sistema tributário seja relativamente regressivo, distribuindo menos a renda do que no resto do mundo via impostos.

Buscando equacionar todos os desafios abordados acima, **o Unidos Pelo Brasil trabalha com um conjunto de legislações, destacando-se:**

- 1** Lei das Debêntures (PL 2646/20)
- 2** Marco legal do Pré-Sal (PL 3178/19)
- 3** Marco legal Setor Elétrico (PL 414/21)
- 4** Tributação direta e indireta (PEC 110/19, PL 3887/20, PL 2337/21)

Lei das Debêntures (PL 2646/20)

Razão

O investimento em infraestrutura do Brasil como proporção do PIB de 1993 a 2018 é estimado em 2,3%, enquanto em outros países, como a China, é próximo a 7%, e na Índia é em torno de 5,5%. Comparando com diversos países desenvolvidos e outros em desenvolvimento, o Brasil registrou queda do investimento público de 3,2% para 1,7% do PIB entre 2014 e 2018, tendo a pior performance no período, e a segunda pior no último ano, atrás apenas do México.

Posicionamento

Instituição de debêntures de infraestrutura, um novo instrumento para financiar projetos nas áreas de infraestrutura e de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) considerados prioritários pelo governo, sendo destinadas a investidores institucionais, como fundos de pensão, que têm mais recursos disponíveis para investimentos; incentivo fiscal no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, com subsídio maior caso os títulos destinem-se a financiar projetos de desenvolvimento sustentável; permissão de emissão de debêntures incentivadas diretamente no mercado internacional (bonds).

Impacto esperado

Aumento dos investimentos em
R\$ 80 bilhões por ano, gerando alta acumulada entre e 1,25% do PIB até 2026.



Marco legal do Pré-Sal (PL 3178/19)

Razão

Regulação mais atrativa para o investimento aumentaria a chance dos blocos de menor potencial geológico do pré-sal serem arrematados, gerando, assim, maior riqueza para a sociedade e para o setor público, via aumento de investimentos e pagamento de bônus de assinatura e, com o início da produção, de royalties e tributos.

Posicionamento

Retirada do direito de preferência da Petrobras na licitação de blocos exploratórios no regime de partilha de produção, instituindo, assim, disputa em igualdade de condições nas licitações desse regime; permissão de leilões de concessão nos blocos do pré-sal e áreas estratégicas cujo potencial geológico não justifique, do ponto de vista social e econômico, a utilização do regime de partilha de produção na licitação.

Impacto esperado

Segundo trabalho dos economistas Ferreira e Araújo (2007), cada aumento de um ponto percentual do PIB em investimentos públicos em infraestrutura gera um **aumento de 5% da produção nacional em 20 anos.**
Aplicando tal regra linearmente, tem-se, portanto, **um aumento acumulado entre 1 e 1,25% do PIB até 2026 devido à aprovação do PL.**



Marco legal Setor Elétrico (PL 414/21)

Razão

Aumento da concorrência leva a preços mais baixos e beneficia o meio ambiente na forma de menores emissões de ácido e poluição. Adicionalmente, a liberalização do mercado interno de energia está negativamente relacionada às emissões de CO₂.

Posicionamento

Novo Marco Regulatório do Setor Elétrico, que garanta a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica, podendo o consumidor escolher o fornecedor do qual ele compraria energia elétrica; criação do lastro de produção e o lastro de capacidade de produção.

Impacto esperado

Maior crescimento do PIB em 0,5% até 2026.



Tributação direta e indireta (PEC 110/19, PL 3887/20, PL 2337/21)

Razão

Desenho do sistema tributário tem um papel fundamental no bem estar de uma sociedade e no crescimento de uma economia moderna, afetando tanto a competitividade nacional, assim como a distribuição social e regional da renda além dos níveis de complexidade, litigiosidade e segurança jurídica.

Posicionamento

No tema da tributação indireta, o Unidos Pelo Brasil defende a unificação do IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS em um tributo sobre valor agregado (imposto incide sobre o valor adicionado por cada empresa em cada etapa de produção e circulação de bens e serviços), possuindo as seguintes características: simplicidade, base mais ampla possível, regramento único em todo o território nacional e alíquota uniforme para operações com bens e prestações de serviços.

Além disso, é essencial que a cobrança ocorra no destino (local em que o bem é enviado) com o menor número possível de regimes diferenciados e favorecidos.

Dada a evidência internacional, o Unidos Pelo Brasil defende a adoção de um sistema misto, tributando-se a pessoa jurídica e estabelecendo alíquota sobre os dividendos distribuídos. Em relação a tributação de dividendos, consideramos uma medida correta integrar a tributação de lucros distribuídos com o IRPF cobrando IR sobre dividendos de acordo com a tabela do IRPF incrementando, assim, a progressividade do sistema e desestimulando a pejotização

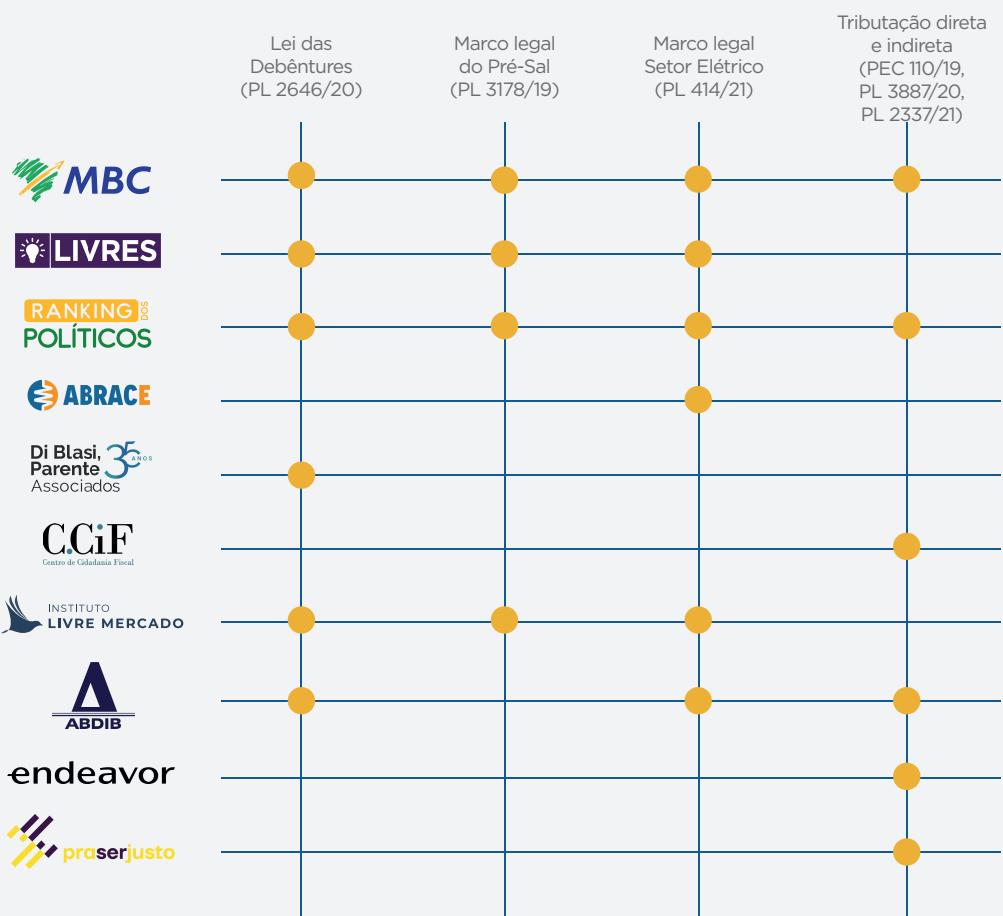
Impacto esperado

Aumento do crescimento do PIB em 0,5% até 2026



Organizações que apoiam este pilar

Pilar Crescimento Econômico e Justiça Social





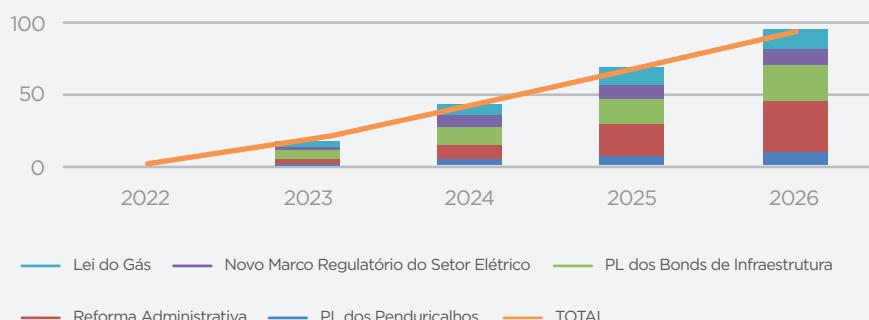
IMPACTO FISCAL/ECONÔMICO DA AGENDA

Impacto fiscal/econômico da agenda do Unidos Pelo Brasil

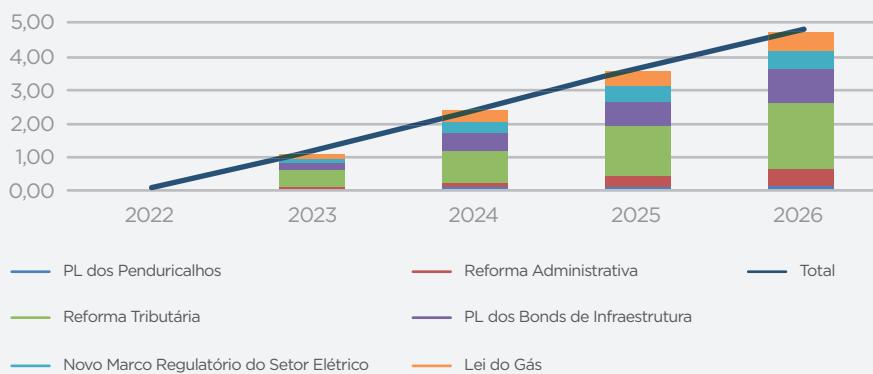
O gráfico abaixo resume os impactos esperados pela aprovação da agenda defendida pelo Unidos Pelo Brasil. **Em resumo, espera-se que, ao final de 2026, a economia acumulada seja de cerca de R\$ 95 bilhões de reais (a preços de 2021), além de um PIB, em 2026, 7,3% maior do que sem a aprovação de tais medidas.**

Impacto Esperado da Agenda 2023-26

Impacto Fiscal (R\$ bi a preços de 2021)



Impacto Econômico (crescimento adicional em p.p. do PIB)





AGRADECIMENTOS

Agradecimentos

O Unidos Pelo Brasil (UPB) atua desde 2020 em prol de uma agenda de medidas no Congresso Federal. Para realizarmos este trabalho, contamos com o apoio fundamental de diversas organizações e entidades que são peça-chave para somar esforços em busca de melhorias para o país.

Por isso, o Unidos Pelo Brasil, em conjunto com parceiros e especialistas, elaborou esta agenda que reúne propostas para melhorar o ambiente de negócios, atrair segurança jurídica e promover o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil. Aproveitamos para agradecer as contribuições das instituições parceiras que nos auxiliaram a enriquecer este material, sendo estas:

Especialistas

Fabio Nery

Paulo Afonso Schmidt

Henrique César Freire de Oliveira

Silvana Martins Rodrigues Dourado

José Moulin

Yula de Lima Merola

Leonardo Madeira Martins

Nayara de Souza Araujo

Equipe Unidos Pelo Brasil

André Segantin

Natália Almeida

Daniel Duque

Patrícia Vieira

Emilia Vasconcelos

Pedro Trippi

Guilherme Franco

Tadeu Barros

Leonardo Correia

Luísa Orselli

Siga o Unidos Pelo Brasil no site e nas redes sociais

 unidospelobrasil.com.br

 @unidospelobra  @unidospelobra  @unidospelobra

